



DESTAQUES DA IMPRENSA

PRIVATIZAÇÃO EM DEBATE

Como um cartesiano convicto, de teste o fanatismo dos que se tramam em soluções radicais, num sectarismo intransigente. Parece que estamos entrando numa fase de maniqueísmo, com opções limitadas ao Bem e ao Mal, com algumas cadeias reservadas aos dissidentes, o Mal para todas as estatais e o Bem como coroamento de sua total extinção. Quando seria o caso de perguntar o que seria do Brasil sem algumas das estatais que se transformaram em colunas de seu desenvolvimento econômico. Como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional, que inaugurou, no Brasil, a instalação da grande siderurgia, numa hora em que o capitalismo internacional o condenava a mero exportador de minérios. E como não reconhecer a benemerência da Petrobrás e da Eletrobrás e o que elas fizeram para a conquista de uma tecnologia, sem a qual não teríamos tido condições para o posto que já estamos ocupando, na economia mundial, nesse oitavo-lugar, fruto de um trabalho permanente, com que tanto se desvanece o cidadão brasileiro. Não posso esquecer que fez parte das tradições privatistas o combate à Usina de Paulo Afonso, com o argumento de que não encontraria consumidores para a energia que iria gerar. E os fatos aí estão, para desmentido dos derrotistas, que já lutavam contra um Brasil independente e autônomo.

Como me situo ao largo desse estreito maniqueísmo, tomo a liberdade de indagar por que não se privatizam o Instituto do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool, entregando-os aos produtores, que já os vêm sustentando, com taxas especiais destinadas a um fim específico? Cabe aos produtores, e não ao Governo, resolverem se devem ser, ou não extintos, pois que os interesses que devem defender têm grande importância para os próprios produtores. Não seria o caso de convocar congressos de produtores para opinar e decidir a respeito, em vez de tomar medidas à revelia de todos eles? Situações como essa que está ocorrendo na Usina Ana Florência deveria ser decidida num órgão dos produtores, que não poderia ser indiferente ao destino de tantos plantadores de cana, no município mineiro de Ponte Nova. Quando se conhece a importância dos subsídios que a Comunidade Européia está proporcionando aos plantadores de soja dos países que a compõem, e que se pode julgar do desprezo das autoridades brasileiras pelo esforço de seus produtores, deixados à margem de uma decisão que pode ter, para eles, importância realmente vital. Tanto mais quando as culpas que são acusados podem ser da responsabilidade exclusiva dos Ministérios a que estavam subordinados, como era o caso dessas exportações a longo prazo, que tanto prejuízo trouxeram para o Brasil, e presentes num processo que ninguém sabe por que parou, quando havia que apurar se figu-

rava, ou não, entre as demonstrações de corrupção do governo da Nova República.

Mais um argumento contra o maniqueísmo, sobretudo agora, quando começam a surgir as demonstrações dos inconvenientes da privatização à *outrance*, à margem das atitudes da sra. Thatcher, que está arrastando consigo o Partido Conservador ao abismo da impopularidade. Já no pleito de 1987, votação por ele alcançada não foi tão grande quanto se disse no noticiário internacional. Não foi além de 43% dos votos de todo o eleitorado que compareceu às urnas, favorecido menos pelo apoio popular do que pelo sistema eleitoral adotado na Inglaterra. Numa excelente reportagem, a correspondente do **JORNAL DO BRASIL**, Ruth Aquino, já nos recorda que "não basta privatizar para conseguir eficiência". E refletindo pronunciamentos que vêm ocupando a imprensa londrina, acrescenta que "o economista encontrou, na herança da sra. Thatcher, a prova viva de que o maniqueísmo, na economia, não funciona. Não dá para dizer que tudo que vem do Estado é o Mal e tudo que vem do setor privado é o Bem. Temos, aliás, no Brasil, uma prova dessa verdade, no caso da estatal Mafersa. Foi pelo fracasso de uma administração privada que o estado se viu obrigado a encampá-la, para atender a um numeroso operariado, sob a ameaça de fechamento da fábrica, embora tudo isso trouxesse o aumento do número de estatais.

Nem sempre a privatização é fonte de popularidade para o governo que a realiza. Aqui, no Brasil, por exemplo, companhias de fornecimento de energia elétrica estrangeiras, como a Light e a Bond and Share, estavam longe de conquistarem o apoio popular. Da Light se falava que era o "polvo canadense". A Bond and Share era objeto de críticas contundentes, nos Estados em que vivia como concessionária de serviços públicos. Com a privatização as críticas e as censuras se transferem para o Estado que a adotou. Isso mesmo já está acontecendo na Inglaterra, inscrevendo-se

nas campanhas contra o governo da sra. Thatcher. Embora haja outros fatores, não se pode ignorar que também está presente a insatisfação gerada pelas estatais privatizadas.

Há outro aspecto que precisa ser considerado. A privatização se completa com o concurso de capitais disponíveis, desviados de outras aplicações, que poderiam concorrer para uma maior diversificação da industrialização nacional. Quando revele maior eficiência, o que nem sempre acontece, pode trazer maior rendimento para o Produto Interno Bruto do país, mas não em condições de superar a receita que poderia resultar de uma diversificação maior da capacidade industrial da Grã-Bretanha. Optando pela privatização, a sra. Thatcher está condenando a Inglaterra a desistir de maiores mudanças, a troco de algumas migalhas que vão para os cofres do Estado, o que está longe de ser um programa de progresso industrial. Como quem se contenta em mudar a fachada de sua residência.

Por isso um comentador de economia, o sr. Victor Keegan, que encontro citado no JB, opina que a "economia da Grã-Bretanha precisa urgentemente, de uma terapia eletroconvulsiva, usada às vezes, como último recurso, no tratamento de problemas psiquiátricos. Ninguém sabe exatamente como, ou porque isso funciona, mas, com o choque, o cérebro volta a um estado que torna possível a adoção, com eficiência, da terapia tradicional".

Embora haja que distinguir entre os choques, os que são estimulantes e os que desanimam sempre os doentes em tratamento. A privatização se vale de capitais disponíveis, contentando com escassos proventos de eficiência. Tem, por isso mesmo, efeitos limitados e restritos, não passando de uma substituição da administração das empresas, como esses golpes de estado que mudam o nome do dirigente. Não chega a criar ou a inovar coisa alguma, o que nos leva a concluir como a sra. Thatcher está longe dos inventores que, pelo seu des-cortino, ou pela sua imaginação, soube-

ram promover, em fins do século XVIII, a Revolução Industrial que deu à Inglaterra o domínio do mundo.

(Transcrito do Jornal do Brasil, edição de 06/05/90. Artigo assinado pelo jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e presidente da Associação Brasileira de Imprensa, BARBOSA LIMA SOBRINHO)

O BRASIL DO SR. MABUL UI HAQ

Com foguetório e conferências de imprensa, o PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) acaba de lançar um livro que promete ter grande impacto. As primeiras oito mil cópias do *Human Development Report 1990* esgotaram-se em dois ou três dias.

Para entender de que se trata, é preciso revisitar uma área da economia que quase nos esquecemos ter curta história. Certamente, o brasileiro médio conhece melhor os resultados da última Copa do Mundo do que a ordem de grandeza da renda nacional ou da renda per capita dos países. Não que sejam conceitos esotéricos compartilhados apenas pela máfia dos economistas profissionais. Quando falamos que o país cresceu 0 ou 5%, na verdade, está aí subjacente que a massa de salários e rendimentos do conjunto da população aumentou deste ou daquele tanto. E é esta soma total de rendas que constitui a Renda Nacional.

Parece óbvio e intuitivo. Mas não é. Representa um enorme esforço conceptual e estatístico que só toma corpo após a Segunda Guerra, quando os países criam a chamada contabilidade nacional para gerar dados que dêem carne às teorias de um bandinho de economistas.

Vingou a idéia de que a renda nacional e a renda per capita são indicadores eminentemente úteis para gerir uma economia e para medir o grau de prosperidade (ou de pobreza) de uma nação. Mal passado o entusiasmo — de resto, justificado pela importância do conceito — começamos a conviver com as suas limitações.

A renda per capita não conta toda a estória da qualidade da vida ou do bem-estar de uma sociedade. Quando a renda de um país é maior mas é menos bem distribuída do que a de outro, este país está melhor ou pior? E a saúde? E a educação?

Os economistas mais ortodoxos não negam estas dificuldades. Mas acontece que os dados da renda são práticos, úteis, cuidadosamente calculados e estão imediatamente disponíveis em séries históricas que cobrem longos períodos. Ao frigar os ovos, após as advertências de praxe, acaba-se ficando com as análises puramente económicas.

Diante deste círculo vicioso de análises centradas nos conceitos de renda nacional, o paquistanês Mabul UI Haq foi convidado pelo diretor-geral do PNUD para examinar a possibilidade de construir indicadores sociais que permitam dar sentido e praticidade a um conjunto disparatado e enome de dados que captam a qualidade da vida ou o lado humano do desenvolvimento. O conceito por trás destes indicadores não é novo. Centenas de pesquisadores já criaram uma infra-estrutura teórica respeitável e até mesmo algumas séries estatísticas interessantes. Mas não basta. A moda não pegou ainda.

O esforço do PNUD em fazer tanto barulho no lançamento do livro é, em boa parte, a tentativa de relançar a moda. Ao Sr. UI Haq não faltam qualificações profissionais, experiências de governo e uma pena inspirada. Foi um dos gurus do Banco Mundial quando MacNamara introduziu o conceito de necessidades básicas e lançou o Banco na área social. Mais adiante foi ministro do Planeamento do Paquistão e nos intervalos produziu livros importantes e atraentes.

A mensagem do livro é simples e sequer chega a ser tão original. Mas nem por isso é menos candente nos dias que correm. Houve um enorme processo de desenvolvimento econômico nos últimos 30 anos, mesmo nos países mais pobres. Todavia, o progresso foi profundamente desigual. Não apenas as diferenças entre os países pobres e os ricos aumentaram, mas dentro dos países os frutos do desenvolvimento econômico nos últimos 30 anos, mesmo nos países mais pobres. Todavia, o progresso foi profundamente desigual. Não apenas as diferenças entre os países pobres e os ricos aumentaram, mas dentro dos países os frutos do desenvolvimento continuam pessimamente distribuídos. Por exemplo, diferenças de 8:1 na distribuição de atendimento público entre populações rurais e urbanas e diferença de 20 anos de expectativa de vida.

Quando se constroem indicadores sociais e listam-se os países em ordem decrescente, não vemos mais aquela seqüência a que já nos habituamos. Por exemplo, os Estados Unidos estão em 19º lugar e não no primeiro ou segundo como seria de se esperar (a queda na lista é sobretudo devida à alta mortalidade infantil).

A implicação desta análise, também pouco original mas enormemente importante, é que o objeto do desenvolvimento econômico deve ser o desenvolvimento humano e o seu bem-estar. A renda per capita não pode ser um *deus ex machina*. Os objetivos do crescimento não devem se desatrelar do bem-estar do povo.

Os frutos do desenvolvimento econômico devem ser usados para promover o bem-estar da sociedade. E é aí que o carro pega. Para que melhore a situação do povo é preciso duas coisas. Que haja desenvolvimento econômico. E que os resultados sejam mobilizados para melhorar a situação dos que não estão bem.

Alguns países tentaram gastar muito na área social sem que houvesse um crescimento econômico para pagar a conta. O sr. Haq cita o Quênia, a Ja-

maica e a Tanzânia. Neles faltou gás e estão recuando os progressos sociais. Possivelmente poderia também citar os países do Leste Europeu.

Há os que cresceram muito e sonharam nos gastos sociais. Há um sem-número de países que se deram bem na área econômica, mas que pouco fazem pelo povo. O Sr. Haq citaria o Brasil nesta categoria? Curiosamente, não.

Ao contrário do que se poderia esperar, o Brasil está em uma categoria de países que, em termos comparativos, gastam muito na área social. Apenas, gastam mal. Pelos cálculos da sua equipe, o Brasil gasta mais de 10 por cento da renda nacional em áreas como educação, saúde, nutrição etc. Em termos internacionais, é um esforço respeitável.

Por acaso, ouvi o Sr. UI Haq em duas ocasiões. Em ambas ele citou o Brasil. Parece ser o seu exemplo favorito de país bem-sucedido economicamente, que decidiu investir no social, mas onde este investimento não deu em quase nada.

Ora, já que somos um exemplo tão citado, vale a pena saber por quê.

Segundo o livro, não gastamos pouco em educação. Mas certamente gastamos mal. Já se calculou que há mais professores contratados lidando com a burocracia da educação do que dando aula. Se usássemos os recursos dos que não estão dando aula para pagar melhor aos que estão, certamente as coisas seriam melhores. Que não fazem falta na burocracia, já bem o sabemos. Nossa administração escolar é catastrófica. Em uma pesquisa recente, 60% das diretoras não estavam presentes na escola quando chegou o enumerador do IBGE. Faltam as coisas mais elementares como cadeiras e livros.

Na longa e tortuosa migração dos recursos do tesouro até a sala de aula, vaza por todos os lados. E na escola de quem é pobre e mora longe não chega quase nada. É intuitivo comparar o gasto total por aluno com educação básica no país, com o gasto por aluno nas escolas de pobre que mora longe. A di-

ferença é imoral. Uma vez comparei os custos por aluno das escolas municipais da Zona Sul do Rio de Janeiro com o das escolas de subúrbios. São prédios iguais, administrados pela mesma secretaria e os professores ganham o mesmo. Na teoria, deve-riam ser custos iguais. Olhando os dados, descobri que o aluno da Zona Sul custava o dobro. Ou está faltando professor no subúrbio ou as escolas da Zona Sul os têm demais. Qualquer das alternativas mostra algo errado.

Na área da saúde, a situação é algo diferente. Com educação, a estratégia é correta, mas a execução é lamentável. É preciso começar com a pergunta mais elementar de todas: Queremos saúde ou queremos tratamento? Não, não é a mesma coisa. E a diferença é brutal.

Admitamos que se queira saúde. Concretamente, saúde se mede pela esperança de vida, pela mortalidade infantil e pela estrutura das estatísticas de morbidade (que doenças sofrem as pessoas). E como as nossas estatísticas são para lá de ruins (empatamos com os países mais pobres do continente e com alguns africanos), há boas razões para se dar prioridade à saúde.

Quando Ilich publicou seu livro (*Nêmesis da Medicina*), chocou a muita gente ver a afirmativa de que o atendimento médico não mudava as taxas de mortalidade. Se os médicos parassem de atender os doentes, as estatísticas de mortalidade não registrariam alterações. Mas nem foi Ilich quem criou estas estatísticas e nem elas foram desmentidas nos anos que se sucederam. Hoje, sabemos que a duração da vida humana depende sobretudo da qualidade da água, da existência de esgotos, da boa alimentação e dos cuidados sanitários preventivos, como vacinação. Mudanças nestes fatores são o que faz a diferença entre a vida e a morte para o conjunto da sociedade.

Em contraste, o que quer que se faça com a atividade hospitalar, em nada mudará a expectativa de vida e a mortalidade infantil. Mais hospitais, menos hospitais, mais ou menos médicos ou

consulta não mudam as chances de as crianças vararem a primeira infância ou de os adultos viverem mais tempo. Parece difícil acreditar em dados tão pouco intuitivos. A idéia de que hospitais salvam vidas é muito poderosa no nosso imaginário. Mas acontece que são tantos os que morrem por ausência dos fatores básicos de saúde (água, alimentação e prevenção) que o impacto dos hospitais fica perdido nas decimais dos quadros estatísticos. Não é que os médicos não prolonguem e salvem vidas ou reduzam sofrimento e desconforto. Agradecemos que possam fazê-lo, sobretudo quando não nos sentimos bem. Mas, em países como o nosso, as vidas estão sendo encurtadas ou interrompidas por outros fatores tão formidáveis e ubíquos que o impacto da medicina curativa não chega a pesar nas estatísticas globais.

Entre investir nos fatores que geram saúde e nos gastos médicos e hospitalares, o Brasil optou (implicitamente) pela segunda alternativa. Despendemos uma fortuna em atendimento médico e hospitalar e migalhas com prevenção e atenção primária de saúde. Apenas para ilustrar, há alguns anos verifiquei que o governo federal gastava menos na merenda escolar que se destina a 15 milhões de crianças do que em diálise renal que mantém em vida pouco mais de três mil pessoas (nossa política em diálise era mais generosa do que a de alguns países europeus cuja mortalidade infantil é um quinto da nossa!). Por odiosa que possam parecer tais comparações (sobretudo para quem precisa de diálise renal para ter mais alguns meses de vida), recursos desta ordem de magnitude investidos em atenção primária ou prevenção permitem salvar milhões de vidas.

A boa notícia é que — segundo UI Haq — já estamos gastando bastante na área social. Para ter um impacto mais significativo não é necessário gastar mais. É só gastar certo.

A má notícia é que o desvirtuamento dos gastos sociais no Brasil não ocorreu por acaso ou por ignorância. Resulta, pelo contrário, de um alinhamento de forças políticas e de interesses (e de

desinteresse) que continuam vivos

Transcrito do Jornal do Brasil, edição de 30.05.90 — Artigo assinado pelo economista CLÁUDIO DE MOURA CASTRO).

ENSAIO SOBRE A MISERIOLOGIA

"...sem desenvolvimento das forças produtivas... a carência se generalizaria a todos e, por isso, com o estado de necessidade, recomençaria também a disputa pelas coisas necessárias e a mesma velha merda (die alte Scheisse) se tornaria a manifestar..."

Karl, em "A Ideologia Alemã"

Em meus dias de tecnocracia, costumava achar injusta a acusação dos políticos de que a economia é a arte de alcançar a miséria com o auxílio da estatística. Hoje, nem tanto. Resolvi por isso tomar lições de "miseriologia". Nenhuma introdução melhor do que o livro de Luiz Fernando da Silva Pinto, "O social inadiável". O autor sempre me deixara perplexo com dois conceitos, um otimista e outro pessimista. A visão otimista era a de que o Brasil seria um país de grande vocação comunitária. Sempre julguei, ao contrário, que fôssemos inexoravelmente individualistas, pobres naquilo que os anglo-saxões denominam de cultura cívica. Luiz Fernando, entretanto, como Presidente da Legião Brasileira de Assistência de 1976 a 1979, dedicou-se ao chamado quarto extrato, ou seja, os pobres, miseráveis e indigentes, sem acesso à fugidia Previdência Social e desprovidos de integração familiar. E descobriu reservas insuspeitadas de espírito comunitário, que acredita terem vetustas raízes na experiência dos jesuítas com os aldeamentos dos padres Anchieta e Nóbrega e as famosas "Misericórdias" do Sul.

O conceito que eu achava pessimista era que o estoque de miseráveis na União Soviética — país que matou muita gente em nome do igualitarismo — era quase igual ao do Brasil, país acusado de um capitalismo selvagem.

Não é à toa que Churchill dizia que a Rússia era "um quebra-cabeças", embrulhado num mistério, dentro de um enigma". Antes da glasnost pouco se sabia sobre a real pobreza do socialismo real. Luiz Fernando Pinto estimava ao estoque de pobres da União Soviética em 1985 em 40 milhões, pouco inferior ao estoque brasileiro de 46 milhões. Hoje, a situação soviética é pior. Algarismos referentes a 1988, depois que a glasnost de Gorbachov aboliu a tradição soviética de usar as estatísticas somente como os bêbados usam o poste (para apoio e não para iluminação), revelam a existência de 41 milhões de pessoas com renda mensal inferior ao 78 rublos. Isso equivale a cerca de dois salários-mínimos brasileiros, sendo de se considerar que nossas condições climáticas são mais amenas.

A União Soviética também tem seu Nordeste. Apenas ele se situa nas repúblicas do Sudeste, onde a população na faixa da pobreza atinge 59% do Tatjiquistão, 45% no Usbequistão, e cerca de 37% na Kirguízia e no Turquemenistão. As repúblicas mais prósperas são as bálticas — Estônia, Lituânia e Letônia —, cuja população pobre está em torno de 3%, não sendo de estranhar que, por isso mesmo, aspirem pela independência e pela integração no mundo capitalista.

É vasta na América Latina, particularmente entre os teólogos da libertação e os socialistas de botequim, a sobrestimação das realizações igualitárias do marxismo-leninismo. Esses erros de avaliação não são aliás de estranhar, pois mesmo uma organização nunca acusada de parcimônia nos gastos de pesquisa — a CIA — admite hoje ter subestimado gravemente a crise terminal das economias socialistas. A soviética parou de crescer de 1980, e em 1989 tinha encolhido de metade para cerca de

1/3 da economia norte-americana. Assim, a proporção dos gastos militares sobre o produto nacional, que nesta década se estimava em 15%, atingiu na realidade entre 22 a 25% do produto, nível absolutamente insustentável. Isso explicaria tanto o neopacifismo de Gorbachov quanto o lançamento da perestroika, com sua hesitante e controvertida guinada para formas capitalistas de mercado.

A pobreza é uma sinistra maldição, que resiste tanto ao capitalismo como ao socialismo. Mas, ao contrário do que se pensa, as economias de mercado se têm provado muito mais eficazes que as economias planejadas na erradicação da pobreza. Calcula-se que o estoque de pobres da Europa Ocidental, não exceda de 30 milhões, contra cerca de 60 milhões no bloco soviético e uns escandalosos 120 milhões na América Latina, continente que não é capitalista nem socialista e sim apenas mercantilista.

No campeonato da pobreza, medido pelo número de habitantes carentes, o Brasil ocupava em 1985 um vergonhoso 7.º lugar (46 milhões), cabendo à União Soviética o 8.º lugar (40 milhões). Mas, por estranho que pareça, o desempenho da desigualmente cruel sociedade brasileira foi melhor do que o da igualitária sociedade soviética. Entre 1980 e 1985, a população brasileira cresceu em 17 milhões, enquanto que o estoque de pobres se elevava de apenas 1,8 milhão. Na União Soviética, enquanto a população crescia de apenas 11,9 milhões o estoque de pobres subia assustadoramente de 33,3 para 40 milhões.

Uma suprema ironia para os marxistas-leninistas é que na literatura política soviética os sem teto sempre foram considerados símbolo clássico do malogro do capitalismo ocidental. Mas hoje o que espanta os visitantes em Moscou é a presença dos "bomzhi", isto é, os sem teto espalhados nas estações ferroviárias, aeroportos e edifícios abandonados, sendo miraculoso explicar como sobrevivem aos rigorosos invernos.

É vergonhoso que o Brasil, com seu clima ecúmeno favorável, ainda te-

nha tão elevado estoque de pobreza. Como este ficou relativamente constante entre 1940 e 1985, enquanto a população crescia rapidamente, poder-se-ia dizer que o País foi capaz de dar razoáveis índices de bem-estar social à população nova, sem curar as carências antigas. Em 1960, 69% da população estavam na faixa de pobreza; hoje apenas 34%. Isso significa que em um quarto de século 90 milhões de brasileiros atingiram um nível razoável de bem-estar.

Isso é menos animador do que parece. É que para reduzir sua taxa de pobreza a cerca de 15%, a Argentina, Hong Kong e Espanha levaram 25 anos, a partir de nível comparável ao do Brasil de hoje. Sem uma aceleração dramática do processo de eliminação da pobreza somente no ano 2010 alcançaríamos a situação recente desses países. É preciso encurtar nosso tempo da miséria...

Os economistas se concentram obsessivamente nos indicadores globais do PIB e da renda por habitante. Hoje se tornaram importantes outros índices, como o índice de desconforto, que é o somatório da taxa de inflação com a taxa de desemprego, e o índice de qualidade de vida, que além de fatores sociais leva em conta a taxa de destruição da natureza e o nível de poluição. No caso brasileiro, os economistas fariam bem em estudar um pouco de miserologia. E descobririam que coisas como o planejamento familiar, a alfabetização e a eliminação de obstáculos ao surgimento de microempresas talvez sejam mais importantes que pomposos investimentos governamentais.

(Transcrito de O Globo, edição de 06.05.90 — Artigo assinado pelo Senador Roberto Campos)

UM SUCESSO MALEXPlicado

"Para os socialistas franceses o fracasso do socialismo não é um fracasso; é um sucesso mal explicado."

Jean-François Revel

De repente, quase de repente, as coisas ficaram mais claras. Não necessariamente mais simples.

No *Annus Mirabilis* de 1989, pode-se dizer que terminou a guerra fria entre o capitalismo e o comunismo. Este deixou de ser um paradigma. E para alguns um pesadelo, para outros uma nostalgia, para ninguém um modelo. Mas talvez tenha começado uma guerra fria dentro do capitalismo. Isso se deve a quatro transformações históricas. Primeiro, o declínio relativo americano; segundo, a ascensão do Japão; terceiro, a unificação europeia; quarto, o colapso do comunismo.

Na velha guerra fria, a essência do problema era a competição militar entre as duas superpotências; na nova guerra, é a busca da superioridade econômica e tecnológica.

A grande discussão dos próximos anos não será entre a Otan e o Pacto de Varsóvia. Este se desintegrou com a descolonização do Leste Europeu. A insegurança dos Estados Unidos provém agora de sua transformação de maior credor em maior devedor do Mundo; da competição tecnológica do Japão; do receio de que o protecionismo transforme a Europa unificada em Fortaleza Europa.

Ouviremos nos próximos anos falar-se menos de mísseis intercontinentais e ogivas nucleares do que de comércio administrado, política industrial, blocos econômicos versus comércio multilateral e da reforma do Gatt para abranger também a área de serviços e não apenas o comércio de mercadorias.

Da mesma forma que a União Soviética não era uma potência normal no campo político em virtude do seu expansionismo ideológico, o Japão não é considerado potência normal no campo econômico, pela sua agressividade comercial. Supostamente, sua baixa propensão a importar, e os obstáculos burocráticos e culturais que interpõe à penetração estrangeira exigiram respostas não convencionais como o comércio administrativo (ao invés de livre comércio) e o dirigismo governamental na indústria (política industrial).

O "medo do Japão" na guerra fria comercial substituiu hoje o "medo da Rússia" na guerra fria ideológica. Trata-se de um exagero. São cada vez maiores as indicações de que o Japão é uma potência normal. O país está se abrindo ao consumismo. Seu saldo em conta corrente no balanço de pagamentos tem declinado rapidamente de quase 5% do PIB em fins de 1985, para não mais que 1,3% no ano passado. E independentemente das políticas industriais dos governos, a iniciativa privada vem eliminando a guerra tecnológica através dos casamentos corporativos. Assim, na informática, a Motorola americana se casa com a Toshiba japonesa; a Texas Instruments com a Hitachi e agora se fala de um possível casamento de dois gigantes: a Daimler Benz, alemã, e a Mitsubishi, japonesa.

Esta discussão centrou-se até aqui nos problemas do Primeiro Mundo. Mas que trouxe o fim da guerra fria em termos de opções de desenvolvimento para o Terceiro Mundo? Trouxe uma enorme simplificação. Não há mais a angústia de decidir entre o capitalismo, o socialismo e a terceira via de que tanto se falava na América Latina. Estes dois últimos sistemas simplesmente fracassaram. O que não quer dizer que o capitalismo tenha sido um êxito. Depende do tipo de capitalismo. A enorme vantagem deste é exatamente a ausência de modelos rígidos e a enorme capacidade de adaptação.

Assim, o problema de opção se simplificou. Remanescem sem dúvida, entre os países de capitalismo maduro,

algumas características distintivas — no Japão, as participações cruzadas entre as grandes empresas; na Alemanha, a influência dos bancos sobre os complexos industriais; na Inglaterra, o enorme peso dos investidores institucionais (os fundos de pensão); nos Estados Unidos, a nova febre de captura agressiva de empresas por grandes investidores, mancomunados ou não com gerentes profissionais, através do processo de compras alavancadas (leveraged buy out). Qualquer que seja o seu rótulo, reconheçam-se os sistemas capitalistas por duas características essenciais: a predominância das forças de mercado nas decisões de produção; e o respeito ao princípio da propriedade privada dos meios de produção.

Passando ao problema, para nós mais excitante, da avaliação de modelos de desenvolvimento, haveria, segundo Peter Berger, três critérios de sucesso: (1) crescimento sustentado e autopropulsor; (2) melhoria expressiva na condição dos pobres e menos privilegiados; (3) ausência de violação maciça dos direitos humanos. Sob todos esses critérios, as histórias de sucesso desenvolvimentista estão no capitalismo asiático. O Japão foi o primeiro caso, seguindo-se depois Cingapura, Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan, todos os quais satisfizeram os três critérios.

O socialismo pode ser descartado como modelo de desenvolvimento. Se nem todos os países que se dizem capitalistas conseguiram satisfazer os critérios acima, a verdade é que nenhum regime socialista, em nenhum continente, conseguiu fazê-lo. O fracasso é uniforme aplicando-se tanto ao marxismo leninismo da Europa Oriental como ao maoísmo ou fidelcastrismo. A opção entre os socialismos — branco e amarelo, preto ou moreno — é apenas uma opção entre graus de pobreza, de violência ou de atraso tecnológico. E a idéia da justiça social fica apenas uma miragem. A não ser que se considere justo que todos vivam igualmente mal. Os russos já se resignaram a isso e cunharam uma expressão *vranilovka*, ou seja, o nivelamento por baixo, de modo que todo o

mundo viva mal, porém igualmente mal...

Quanto aos países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia, é tempo de cessarem essa masturbação ideológica da busca de uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo. Acabam misturando os piores aspectos de ambos os sistemas.

A América Latina se desapontou com o capitalismo antes de praticá-lo. Precisa de mais mercado e menos Estado. A vantagem do capitalismo é que, por ter exemplos de sucesso, admite fracassos e tem mecanismos de correção. Para os socialistas, ao invés, o fracasso é apenas um sucesso mal explicado.

(Transcrito de O Globo, edição de 20.05.90. Artigo assinado pelo senador ROBERTO CAMPOS).

A MARGINALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

"Para um ibérico não é suficiente que o céu lhe seja garantido; ele precisa também garantir o inferno para seus vizinhos."

Aforismo espanhol

Viagens aos países do Primeiro Mundo sempre ensinam um alargamento de contágio cultural. Mas também servem para reduzir nosso coeficiente de angústia. É que esses países atingiram o estágio de tranquilidade sistêmica. Não há mais querelas sobre o formato político social desejável. Este se traduz no casamento entre o liberalismo político e a economia de mercado. E inexistente a angústia da engenharia financeira que nos obriga não só a escolher mercadorias mas a aprender o buliçoso *ballet* dos índices de correção monetária.

Ultimamente, entretanto, essas viagens abrem uma área de angústia.

É a percepção da crescente marginalização da América Latina no concerto mundial. Anteriormente éramos um continente pitoresco, mas promissor. Continuamos pitorescos, mas problemáticos.

Perdemos substância no concerto mundial em função de vários fatores; o fator geopolítico, o ideológico, o comercial e o financeiro.

No plano geopolítico, com o advento dos mísseis e dos armamentos nucleares, tornaram-se menos necessárias as bases militares e os pontos de apoio logístico no Hemisfério Sul. As bases úteis são as destinadas à cooperação em pesquisas espaciais, e essas são fáceis de obter pela utilidade da cooperação científica, sem a necessidade de dispendiosa persuasão financeira ou delicada barganha política. Acrescenta-se a distância entre as superpotências, que encurtou dramaticamente o mercado de aluguel de bases logísticas.

O segundo fator é ideológico. Éramos, paradoxalmente, valorizados pela guerra fria. Havia interesse em manter-nos no campo capitalista, pois que poderíamos alterar o balanço do poder mundial se fizéssemos uma opção socialista. Hoje, a opção socialista se a figura cada vez mais uma opção pela tirania política e pela estagnação econômica. O Terceiro Mundo perdeu seu poder de chantagem com o colapso da alternativa soviética. Quem deseja manter-se não-alinhado terá que fazê-lo sem financiamento.

O terceiro fator é comercial. Estamos na era dos grandes blocos econômicos e a América Latina ficou (com exceção da faixa da fronteira mexicana) marginalizada no processo de globalização da economia. Os projetos de integração regional que há trinta anos pareciam excitantes e promissores, quer pelas economias de escala quer pelo aumento da potência de barganha da região, perderam expressividade. Tomado em seu conjunto, o comércio da América Latina não representa senão 4% do comércio internacional. A integração regional da América Latina continua, assim, sendo uma conveniência. Mas deixou de

ser uma epopéia. Enquanto isso a América se funde num mercado comum, a Europa se unifica e o Japão tece uma trama de investimentos no Leste e Sudeste da Ásia, com resultados comerciais surpreendentes. No mês passado, pela primeira vez na História, o comércio do Japão com seus parceiros da Ásia excedeu seu comércio com os Estados Unidos.

O quarto fator é o financeiro. Por serem mercados pequenos e excessivamente regulados, com moedas inconversíveis e controles cambiais exasperantes, nossos países há muito deixaram de ser o paraíso das multinacionais. Nosso problema não é disciplinar sua entrada e sim desencorajar sua saída. Ainda somos importantes fontes de matérias-primas, mas hoje surgem materiais de laboratório, e aumenta constantemente no processo industrial o conteúdo espiritual do conhecimento e se reduz o conteúdo material do produto. Perde importância a mão-de-obra barata, em virtude da automatização e da robotização. E talvez nem sequer nossa mão-de-obra seja barata. Os países da América Latina engenham um paradoxo: os salários são baixos mas os custos da mão-de-obra são altos, em parte pela baixa produtividade, em parte por imposições extra-salariais destinadas a alimentar sistemas previdenciários corruptos e ineficientes. Neste os assistentes têm muito melhor dieta que os assistidos!

Até não há muito tempo a América Latina era a quarta prioridade de investimentos, vindo após os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia e a esfera de co-prosperidade asiática. Hoje corremos o risco de ser deslocados pela Europa Oriental. Afinal de contas, talvez seja mais fácil lidar com socialistas arrependidos do que com capitalistas envergonhados...

Nada mais dramático para documentar nossa marginalização como campo de investimentos do que a distribuição das aplicações japonesas em 1989. A América Latina ficou com apenas 2%, contra 44% para os Estados Unidos, 23% para a Europa Ocidental,

12% para o Sudeste Asiático e 11% para a Europa Oriental.

Há alguns otimistas que pensam que a América Latina terá uma segunda janela de oportunidade. É que os Estados sofrerão aguda competição de investidores no Mercado Comum Europeu, onde a Alemanha unificada desponta como a superpotência da Mittel Europa, e tenderão a perder terreno para os japoneses no espaço asiático. Restaria a dinamização capitalista da América Latina como um fator de contrapeso no balanço do poder mundial. É o que pensam e desejam alguns diplomatas e políticos norte-americanos, interessados no traçado de uma estratégia de longo prazo. Não é ainda, infelizmente, a percepção

dos investidores, que enfrentam problemas concretos de lidar com um nacionalismo obsoleto no Brasil (tipificado na burrice exemplar dos "xiitas" da SEI), um sindicalismo irrealista na Argentina e um pandemônio terrorista no Peru.

O neoliberalismo econômico vitorioso em todo o Mundo chega atrasado às plagas latino-americanas. Este é o último continente onde o marxismo ainda é um nome respeitável e a burocracia dirigista provoca resignação antes que repugnância.

(Transcrito de O Globo, edição de 10.06.90. Artigo assinado pelo Senador ROBERTO CAMPOS).